

INSTITUTO DE ENSINO SUPERIOR FRANCISCANO – IESF

DIRETORIA ACADÊMICA

COORDENAÇÃO DO CURSO DE ENFERMAGEM

CÁSSIA ROBERTA SILVA CAMPOS

SYNNARA MOHANA ALVES DO NASCIMENTO

**IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO
CUIDAR DO ENFERMEIRO: uma revisão integrativa**

Paço do Lumiar – MA

2020

**CÁSSIA ROBERTA SILVA CAMPOS
SYNNARA MOHANA ALVES DO NASCIMENTO**

**IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO
CUIDAR DO ENFERMEIRO: uma revisão integrativa**

Artigo Científico apresentado ao curso de Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano (IESF) como forma de conclusão de curso para obtenção do título de Bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof. Me. Giselmo Pinheiro Lopes

Paço do Lumiar – MA

2020

A mente que se abre a uma nova ideia jamais
voltará ao seu tamanho original.

Albert Einstein

AGRADECIMENTOS

Cássia Roberta.

Durante a elaboração desta pesquisa surgiram muitas dúvidas, alguns obstáculos, mas concluo esta etapa na certeza de que fiz meu melhor. Primeiramente, minha gratidão a Deus, pois sem Ele não seríamos nada. Gratidão a minha família que sempre esteve presente em minha vida com as melhores palavras de conforto, os melhores carinhos e todo amor do mundo. Agradeço aos amigos que encontrei durante toda essa trajetória e peço em oração que todos nós encontremos a nossa vitória. Agradeço também aos professores que que passaram pelo nosso caminhar, cada um com algo diferente para nos ensinar, em especial ao professor orientador Giselmo Pinheiro que acreditou no nosso potencial desde o início e sempre esteve presente em todos os momentos contribuindo para a melhoria desta pesquisa. Gratidão!

Synnara Mohana.

Primeiramente a Deus, acima de tudo, pela oportunidade de existir e guiar meus passos, iluminando-me e conduzindo pelos melhores caminhos.

Dedico este trabalho de conclusão de curso, a minha mãe Ausedilia Alves e ao meu pai Delmar Nascimento, pois confiaram em mim e me deram esta oportunidade de concretizar e encerrar mais uma caminhada da minha vida. Sei que eles não mediram esforços pra que este sonho se realizasse, sem a compreensão, ajuda e confiança deles nada disso seria possível hoje e a eles além da dedicatória desta conquista dedico a minha vida. Ao meu irmão Delmar Junior (in memoriam), que infelizmente não pode estar presente neste momento tão feliz da minha vida, mas que não poderia deixar de dedicar a ele, pois se foi meu maior exemplo de luta e persistência. Obrigada por tudo meu irmão.

A meus amigos dedico esse trabalho com todo amor e carinho, em especiais para a minhas amigas de batalha, Cássia Roberta, Jeanne Mecnas, Maria Campos, Monise Santos, Patrícia Lopes e Raisa Bezerra.

Ao professor Giselmo Pinheiro meu orientador por ter acreditado na possibilidade da realização deste trabalho, pelo seu incansável e permanente encorajamento.

IMPACTOS DO ABUSO SEXUAL NA INFÂNCIA SOB A PERSPECTIVA DO CUIDAR DO ENFERMEIRO: uma revisão integrativa

Cássia Roberta Silva Campos¹

Synnara Mohana Alves do Nascimento²

Giselmo Pinheiro Lopes³

RESUMO

A violência é um fenômeno que acompanha a história da humanidade, sem distinção. Mesmo com a criação de leis visando a proteção de crianças os casos de violência sexual infantil não deixaram de acontecer. **Objetivo:** Descrever as condutas de enfermagem frente a uma suspeita de abuso sexual infantil. **Metodologia:** Tratou-se de uma pesquisa do tipo revisão integrativa da literatura. Na primeira etapa o tema foi definido através da estratégia de PICO, seguido da definição das bases de dados para a coleta de informações, sendo elas: LILACS, BDNF e SciELO. Foram utilizados artigos publicados nos últimos 4 anos, entre 2015 e 2019. **Resultados e Discussões:** Muitos desses abusos ocorrem dentro do ambiente familiar, dentre os principais abusadores estão pessoas do convívio da criança. Esses abusos podem gerar consequências graves em vários âmbitos. O enfermeiro deve realizar um atendimento acolhedor, saber identificar uma suspeita de abuso sexual infantil e intervir fazendo a notificação e denúncia aos órgãos competentes. **Considerações Finais:** Deve-se investir em capacitações para os profissionais, de modo que eles se sintam encorajados a fazer as notificações e encaminhar para os órgãos responsáveis.

Descritores: abuso sexual infantil, violência, enfermagem.

IMPACTS OF CHILD SEXUAL ABUSE THE NURSING CARE PERSPECTIVE: an integrative review

ABSTRACT:

Violence is a phenomenon that accompanies the history of humanity without distinction. Even with the creation of laws aimed at protecting children, cases of child sexual violence have not ceased to occur. **Objective:** To describe the nursing conducts in front of a suspected child sexual abuse. **Methodology:** It was a research of the type integrative revision of the literature. In the first stage the subject was defined through the PICO strategy, followed by the definition of databases for the collection of information: LILACS, BDNF and SciELO. Articles published in the last 4 years, between 2015 and 2019, were used. **Results and Discussions:** Many of these abuses occur within the family environment, among the main abusers are people of the child's coexistence. These abuses can generate serious consequences in several areas. The nurse should provide a welcoming service, know how to identify a suspected child sexual abuse and intervene by making the notification and denunciation to the competent agencies. **Conclusion:** Training for professionals should be invested, so that they feel encouraged to make the notifications and refer them to the responsible agencies.

Descriptors: child sexual abuse, violence, nursing.

¹Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: kassia.campos@hotmail.com.

²Acadêmica do curso de Graduação em Enfermagem do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: synnara_14@hotmail.com.

³Enfermeiro, Mestre em Saúde e Meio ambiente pela Universidade Ceuma, Especialista em Enfermagem Obstétrica e Neonatal pela Universidade Ceuma. Docente do Instituto de Ensino Superior Franciscano. E-mail: giselmopinheiro@hotmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A violência é um fenômeno que vem acompanhando o desenvolvimento da humanidade, abrangendo a sociedade sem distinção de classes e segmentos sociais. Pode vir a acarretar na diminuição da qualidade de vida pois é capaz de gerar impactos na autoestima, ansiedade, baixo desempenho nas atividades diárias, marcando a sociedade em nível global (SANTOS *et al.*, 2018).

Conforme o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios- MPDFT (2015), o abuso sexual infantil consiste em violação praticada por um adulto em relação a uma criança com o objetivo de se satisfazer sexualmente.

Apesar da criação de leis visando a proteção e os direitos da criança, observa-se que os casos de violência sexual infantil não deixaram de acontecer, podendo este fato se dar pelo ato sexual não estar acompanhado de agressão física, dificultando o diagnóstico, já que a maioria das crianças acabam não revelando o abuso (PFEIFFER; SALVAGNI, 2005).

O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) divulgou que dos 159 mil registros no Disque Direitos Humanos ao longo do ano de 2019, 86,8 mil são de violações dos direitos das crianças e adolescentes, mostrando um total de 14% em relação ao ano de 2018, o que se manteve quase estável apontando uma queda de aproximadamente 0,3% (GOVERNO FEDERAL, 2020).

A Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009 que alterou o Título VI da Parte Especial que tratava “Dos crimes contra os costumes”, alterou ainda o Estatuto da Criança e do Adolescente criando assim o Art. 218 no Capítulo II que trata dos crimes sexuais contra vulnerável “Induzir alguém menor de 14 (catorze) anos a satisfazer a lascívia de outrem: Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos” (BRASIL, 2009).

Para Santos *et al.* (2019) os relatos em relação ao abuso sexual ficam mais complexos de serem expostos, visto que a criança se encontra em estado de fragilidade emocional por conta do ocorrido, já que na maioria das vezes são chantageadas e ameaçadas, ficando, assim, reclusas e passam a não confiar em outras pessoas.

De acordo com o Ministério dos Direitos Humanos (2018) esse tipo de violência é mais recorrente por parte de pessoas que possuem algum parentesco ou

vínculo com a família, pois há maior facilidade para a ocorrência, visto que os infratores possuem a confiança dos responsáveis pela criança.

O INSPIRE é um conjunto de estratégias que buscam auxiliar países e comunidades em programas e serviços de prevenção para redução dos tipos de violência contra criança. Segundo análises realizadas por esse manual, a prevalência de violência contra crianças é maior que 50% entre aquelas de 2 e 17 anos de idade. Esses estudos apontam que as meninas são mais vulneráveis à violência sexual (18%) se comparadas aos meninos (8%) (OMS, 2016).

No Brasil a violência sexual contra crianças é vista como um problema grave de saúde pública e é capaz de gerar consequências nos âmbitos social e individual, uma vez que, compromete os investimentos em educação, além de afetar o desenvolvimento cerebral e outras partes do sistema nervoso. O Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) notificou entre 2011 e 2017 184.524 casos de violência sexual, sendo que 58.037 (31,5%) foram contra crianças. Visando a diminuição desses casos, o Ministério da Saúde desenvolveu o Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA) e a partir de 2014 os casos de violência sexual passaram a ter caráter imediato de notificação (24 horas após atendimento à vítima) (BRASIL, 2018).

Segundo Algeri (2005) as experiências traumáticas repercutem nas conexões neuronais e no equilíbrio dos neurotransmissores da criança, gerando mudanças que podem ser capazes de intensificar possíveis transtornos psíquicos em fases posteriores da vida, em outra pesquisa de Algeri e De Souza (2006), relatam que é imprescindível que haja um trabalho da equipe multidisciplinar, pois um diagnóstico precoce da situação permite a elaboração de planos de cuidados necessários buscando assim uma intervenção segura.

O enfermeiro, inicialmente, deve fazer o acolhimento dessa vítima criando um ambiente confortável onde a criança possa se sentir segura para que o profissional possa avaliar a disponibilidade emocional dela para, então, discutir sobre o ocorrido (WOISKI; ROCHA, 2010).

Neste contexto, a assistência enfermagem tem papel fundamental no acolhimento, o profissional deve ter um preparo emocional diante desse cuidado, de forma biopsicossocial e espiritual, já que, a fé é vista como uma fonte de alento e refúgio, além de trazer força para a criança e para a equipe, cabendo também

sempre estar atento às relações pessoais e interpessoais, questionar a evidência de abuso sexual e comunicar aos órgãos responsáveis (SILVA; SOUZA, 2019).

Desse modo, faz-se necessário que se conheça mais sobre o assunto em questão, visando à garantia dos direitos das crianças a ter uma infância saudável. O presente estudo teve como objetivo descrever as condutas de enfermagem frente a uma suspeita de abuso sexual infantil, tomando por base a pergunta norteadora: como a equipe de enfermagem poderia intervir diante de um caso de abuso sexual infantil?

2 MÉTODOS

Buscando atender a proposta desta investigação, a pesquisa tratou-se de uma revisão integrativa da literatura, que consiste na construção de uma análise ampla da literatura. Para sua elaboração, foram observadas as seguintes etapas:

a) formulação da pergunta norteadora; b) acesso as bases de dados científicas; c) seleção dos estudos através da leitura dos títulos e resumos; d) realização da leitura dos estudos na íntegra; e) preenchimento da ficha de coleta de dados (APÊNDICE A); f) fichamento dos documentos.

A amostra correspondeu a um total de 63 artigos, sendo, 11 da Scielo, 27 LILACS e 25 da BVS, após o uso dos critérios de inclusão e exclusão restaram um total de 5 artigos, sendo 3 da Scielo, 1 do LILACS e 1 na BVS utilizando o filtro da BDEF.

Na primeira etapa, definiu-se o tema e a pergunta norteadora através da formulação da estratégia de PICO que serviu para elaborar a questão da pesquisa sendo: P: paciente/problema, I: a intervenção, C: comparação/controle, O: resultado esperado. A pergunta norteadora definida foi: como a equipe de enfermagem poderia intervir diante de um caso de abuso sexual infantil?

Em seguida, definiu-se as bases de dados a serem utilizadas para a coleta de informações, sendo elas: Literatura Latino- Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Bases de dados de Enfermagem (BDEF) e Scientific Electronic Library Online (Scielo). Como critérios de inclusão optou-se por incluir artigos completos, disponíveis online e gratuitamente, publicados nos últimos 4 anos, entre 2015 e 2019, que se adéquem a temática, publicados em língua portuguesa e que

estejam relacionados com os temas abuso sexual infantil e enfermagem. Foram excluídos outros tipos de publicações como teses e monografias. A coleta dos dados foi realizada nas bases a partir da combinação dos descritores obtidos através dos Descritores em Ciências da Saúde no portal da Biblioteca Virtual em Saúde, conforme fluxograma 1.

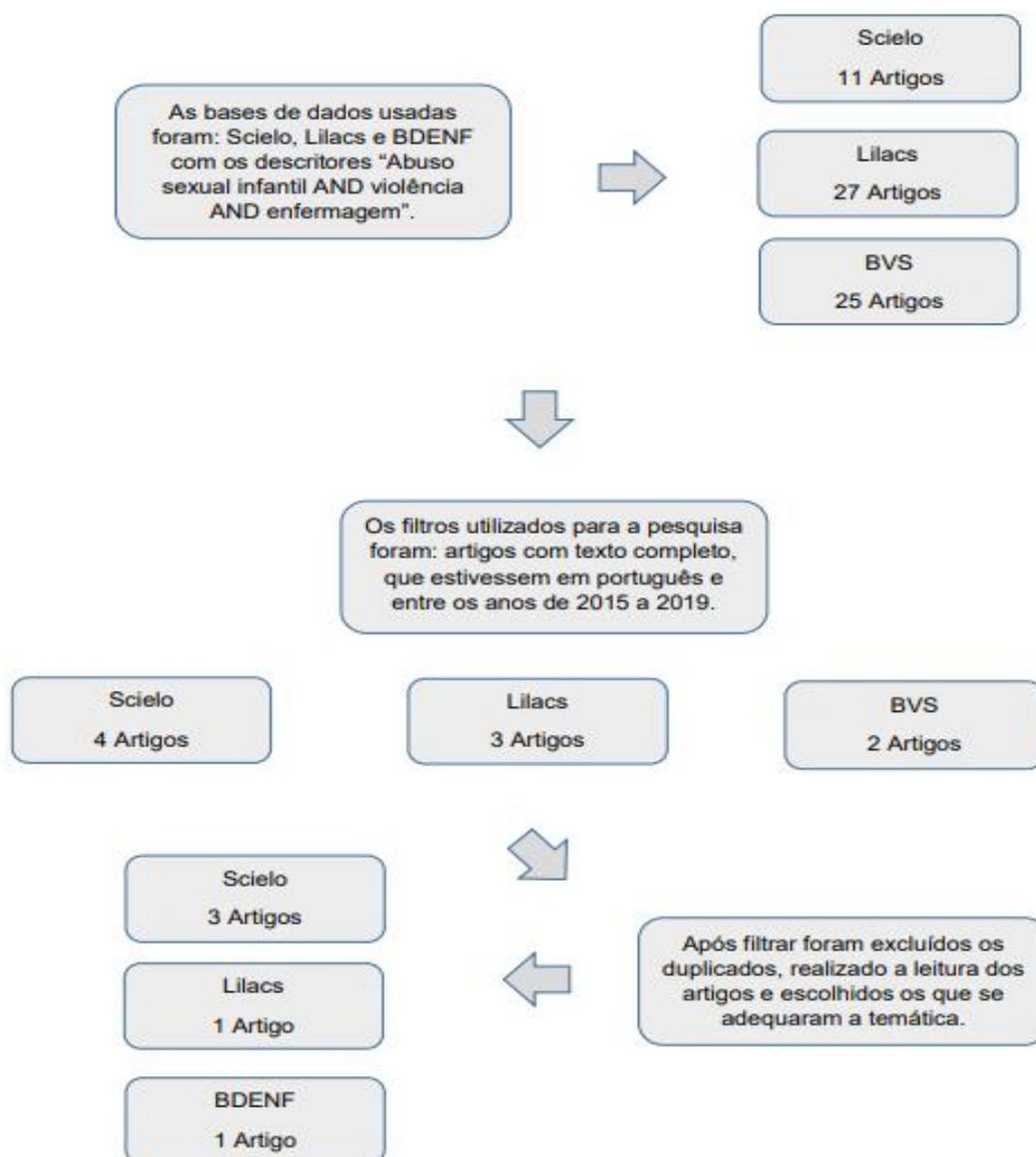


Figura 1. Fluxograma de construção do *corpus* do estudo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para melhor compreensão e transparência nesta pesquisa, elaborou-se um quadro com a apresentação do título dos estudos, seus respectivos autores e ano de

publicação, bem como a metodologia, a população estudada e os dados de maior relevância.

Quadro 1. Distribuição dos artigos utilizados na presente pesquisa.

Título do artigo	Autores e Ano	Metodologia	População do estudo	Principais resultados
Caracterização da violência sexual em um estado da região Sudoeste do Brasil.	Kataguirí <i>et al.</i> , 2019	Foram realizadas análises estatísticas descritivas dos dados para descrever o perfil epidemiológico dos casos, os autores usaram variáveis ativas (faixa etária, sexo, raça, escolaridade, porte populacional do município, local de ocorrência, se a violência aconteceu mais de uma vez e se houve violência física e psicológica) e variável suplementar foi a relação entre a vítima e agressor.	Indivíduos de todas as idades e sexo cujas informações estavam disponíveis publicamente no SINAN fornecidas pela Secretaria de Saúde do Estado de Minas Gerais.	No ano de 2016 houve um total de 1996 notificações de violência sexual no SINAN, sendo que o predomínio é no sexo feminino e cerca de 21,5% de prevalência na faixa etária entre 10 e 14 anos de idade.
Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar: Formas de resistência utilizadas por crianças e	Lira <i>et al.</i> , 2017	Pesquisa realizada em um Centro de Atendimento à Mulher em Situação de violência no semiárido de Pernambuco. A	Mulheres maiores de 18 anos que sofreram abuso sexual no contexto familiar na infância ou adolescência.	Os abusos aconteciam em segredo e sob ameaças, as vítimas utilizavam artimanhas para tentar chamar atenção ou pedir auxílio, como por exemplo metáforas, risos e palavras irônicas.

adolescentes.		coleta de dados ocorreu entre junho e novembro de 2014, por meio de entrevista aberta.		
As perspectivas de gênero e geração nas narrativas de mulheres abusadas na infância	Fornari <i>et al.</i> , 2018	Pesquisa realizada mediante relatos de usuárias da rede social Twitter. A coleta de dados ocorreu entre 22 de outubro e 22 de novembro de 2015. Foram coletados um total de 530 tuítes, para a coleta e sistematização desses dados foi utilizado um instrumento contendo o número do tuíte, sexo e idade, local da agressão, relação entre agressor e vítima, data e horário da publicação e o relato na íntegra.	Relatos de usuárias jovens e adultas de uma rede social sobre abuso sexual vivido na infância.	Cerca de 214 mulheres brasileiras relataram abuso sexual na infância, as principais vítimas desse tipo de violência foram as meninas e os principais perpetradores eram conhecidos.
Violência infantil sob a ótica da enfermagem	Galindo <i>et al.</i> , 2017	Estudo desenvolvido com enfermeiros da Estratégia de Saúde da Família (ESF) do Agreste pernambucano que concordaram em responder o	Profissionais da enfermagem que atuavam na ESF de Alagoinha Pesqueira, municípios de	Os profissionais relataram inúmeras dificuldades no enfrentamento da violência como: saber identificar o ocorrido, falta de capacitação dos profissionais evidenciando

		instrumento de coleta de dados e se disponibilizaram a assinar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.		a resistência quanto a realização da notificação dos casos.
Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta	Lira <i>et al.</i> , 2017	Pesquisa desenvolvida em um Centro de Referência da Mulher na região do semiárido de Pernambuco. Os dados foram coletados entre junho e novembro de 2014, através de entrevistas não estruturadas, que permitem obtenção mais detalhada de informações.	Mulheres com menos de 18 anos incluídas no projeto piloto “Oficinas interventivas com mulheres vítimas de violência doméstica” e que vivenciaram abuso sexual infantil no convívio familiar.	Ocorreram repercussões após o abuso sexual tanto no convívio familiar quanto na vida cotidiana, tais como: gravidez, uso de drogas, tentativas de suicídio, baixa autoestima, entre outras.

Todos os artigos utilizados para realização desta pesquisa são de múltiplos autores, sendo a maioria relatos de mulheres que sofreram abuso sexual durante a infância e adolescência.

A Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, dá garantia dos direitos da criança e do adolescente que foi vítima ou que testemunhou violência. No Art. 4º desta Lei classifica:

Abuso sexual, entendido como toda ação que se utiliza da criança ou do adolescente para fins sexuais, seja conjunção carnal ou outro ato libidinoso, realizado de modo presencial ou por meio eletrônico, para estimulação sexual do agente ou de terceiro (BRASIL, 2019, p. 207- 208).

As crianças que vivenciam essa situação podem desenvolver graves consequências em seu desenvolvimento físico, cognitivo e ainda no seu emocional.

Segundo Lira *et al.* (2017a), essa situação pode acompanhar a criança até a fase adulta gerando traumas em suas relações, podendo levar ainda a prejuízos na vida sexual causando grande sofrimento na vida cotidiana.

Na pesquisa de Fornari *et al.* (2018), a idade em que as crianças mais sofreram abusos sexuais foi entre 4 e 9 anos de idade. Para Lira *et al.* (2017b), meninas mais novas tendem a sofrer mais abusos que as adolescentes, isso ocorre porque os abusadores teriam um maior domínio sobre elas. Souza (2016), complementa que o abuso é algo cultural, relacionado ao poder do mais forte sobre o mais fraco, expresso em um ato sexual.

De acordo com Segundo (2019), as consequências a curto prazo que esses abusos podem causar atingem vários âmbitos, dos físicos aos sociais. No físico, o autor cita: mudança nos hábitos alimentares e a perda do controle dos esfíncteres. No âmbito comportamental a criança pode desenvolver condutas suicidas e baixo rendimento acadêmico, em nível emocional a criança pode até mesmo vir a rejeitar o próprio corpo. Essas consequências podem se tornar mais severas com o passar do tempo, evoluindo para patologias permanentes como dores crônicas, transtornos, fobias, entre outros problemas.

Para Fornari *et al.* (2018), os abusadores usufruem dos momentos de brincadeira para cometer os atos, de maneira que a criança não reconheça de imediato que está sendo violentada.

Muitos desses abusos são cometidos dentro da própria casa da vítima. Pesquisas revelam que dentre os principais abusadores estão pais, padrastos, tios, primos, irmãos e ainda amigos próximos/ íntimos. Por conta desta aproximação as crianças muitas vezes confundem o abuso com um ato de carinho e quando começam a entender o que está acontecendo sentem-se temerosas a revelar o acontecido.

Lira *et al.* (2017b), relata que por medo das ameaças o abuso é mantido em sigilo como uma forma de sobrevivência, além de procurarem meios de se manter livres do abuso, como por exemplo passar mais tempo longe de casa e ainda tentar encontrar formas de expressar o que está acontecendo sem verbalizar.

Em outra pesquisa de Lira *et al.* (2017a), ficar mais tempo na rua é uma forma de amenizar os abusos, de modo que a criança possa se sentir mais confortável,

porém esse tipo de refúgio pode desencadear à exposição ao álcool, drogas, prostituição e outros eventos que podem gerar outros danos à saúde.

Com o passar dos anos as possíveis alterações provenientes do abuso sexual podem vir a diminuir, enquanto outras tendem a tornar-se mais intensas como é o caso da conduta hipersexualizada (quando passa adotar uma conduta sexualizada ao extremo). A situação da criança ou adolescente pode vir a ficar mais grave e interferir na relação familiar, principalmente entre mãe e filha, quando o abuso parte do pai ou padrasto, onde a mãe se vê diante de uma situação complicada quando envolve o seu companheiro, Lira *et al.* (2017a), revela que, nesse caso, denunciar o ato é visto como uma demonstração de fracasso por parte da mãe.

Entre as alterações comportamentais observadas nas pesquisas de Galindo *et al.* (2017), e Lira *et al.* (2017a), pode-se destacar as dificuldades de aprendizagem, relutância nas relações interpessoais, baixa autoestima, tentativas de suicídio, além de atos agressivos, visto que a criança não sabe como agir logo passa a criar meios para tentar se livrar do abuso sexual, gerando assim essas alterações em seu comportamento.

Fornari *et al.* (2018), ressaltam que as consequências geradas pela violência sexual infantil podem ser representadas através de danos físicos, psicológicos, emocionais e sociais, podendo se desencadear na infância ou até mesmo na vida adulta onde surge o receio em se relacionar, seja de forma afetiva ou social, por medo de que esses abusos possam acontecer novamente.

Manter o abuso em sigilo é muito difícil e doloroso, pois, além de estar passando por toda essa situação, a revelação do segredo acaba gerando medo por conta das ameaças. No estudo realizado por Lira *et al.* (2017b), algumas dessas revelações foram feitas de forma espontânea, enquanto outras foram descobertas através de flagrante por estímulo do Conselho Tutelar.

Existem alguns órgãos responsáveis por receber e apurar as denúncias feitas, sendo eles: o Conselho Tutelar, importante na rede de proteção da criança e do adolescente, o Ministério Público, cuja função é fiscalizar o cumprimento da lei e a Justiça da Infância e Juventude, encarregado das leis relacionadas aos direitos da criança e do adolescente (BRASIL, 2019).

De acordo com a pesquisa de Lira *et al.* (2017b), a pouca idade dificulta ainda o processo de revelação, pois acredita-se que, quanto mais nova a vítima, maior a

dificuldade de expor o ocorrido e, conforme a idade aumenta, a revelação se torna mais provável em busca de tentar esquecer os abusos.

Nos dias de hoje, com o progresso e a oportunidade de uma maior acessibilidade às redes sociais, as mulheres se sentem mais seguras em compartilhar as situações de abuso sexual sofridos na infância. Na pesquisa de Fornari *et al.* (2018), as entrevistadas relataram que os abusadores manifestavam desejo pelos seus corpos que estavam despertando para a feminilidade, como se estivessem esperando a vítima chegar à idade adulta para, então, cometer o ato.

Para Souza (2016), a prevenção é uma estratégia da promoção da saúde, visto que, ela colabora para a criação de defesa nas situações de risco e de vulnerabilidades e, assim, os profissionais da saúde contribuem para favorecer a saúde dos indivíduos, principalmente das crianças e adolescentes.

A importância da identificação nos serviços de atendimento é indispensável, como Kataguirí *et al.* (2019), retratam, pelo fato dos agressores serem da própria família, dificulta-se a identificação das agressões e ressalva a importância da implementação de medidas de proteção, prevenção, intervenção e enfrentamento dessa problemática, que ainda se apresenta de modo velado na sociedade, bem como a necessidade da otimização da rede assistencial às pessoas com situação de violência, principalmente contra o sexo feminino.

Lira *et al.* (2017a), ressaltam a importância da realização de um bom planejamento e execução do cuidado de enfermagem, que deve ser baseado numa visão sistêmica não apenas do estado da vítima, mas de todo contexto em que ela está inserida, como é o caso de sua família.

O profissional da enfermagem deve estar capacitado para conhecer e identificar sinais nos casos de abuso como: hematomas, arranhões, sangramentos nas genitálias, além de observar o seu comportamento, que pode estar mais introspectivo ou mais agitado, de forma acolhedora para que a criança possa sentir confiança no profissional (GALINDO *et al.*, 2017).

A enfermagem permite um contato mais direto com o paciente. Conforme a pesquisa de Kataguirí *et al.* (2017), o profissional deve estar atento e ter uma escuta qualificada, garantindo, dessa maneira, uma notificação satisfatória e de qualidade. O profissional deve se atualizar constantemente em relação a sua conduta

profissional, oferecendo um atendimento acolhedor que vise assistência integral e humanizada.

De acordo com Galindo *et al.* (2017), é importante que o enfermeiro englobe a prática de realizar a anamnese, o exame físico completo para avaliar se há presença de lesões, realizar testes de Infecções Sexualmente Transmissíveis, além da notificação através da ficha de notificação compulsória.

O atendimento feito as vítimas de abuso sexual deve estar acompanhado de apoio, visando amplificar os cuidados, estimulando-as a seguir o ritmo de sua vida, libertando-se do passado e enxergando o valor do momento presente (Lira *et al.*, 2017b).

A principal conduta adotada pelo enfermeiro é através da notificação compulsória que é encaminhada para os órgãos responsáveis apesar de ainda haver uma certa resistência em elaborar a notificação. Na pesquisa de Galindo *et al.* (2017), os profissionais se sentiam temerosos quanto a realização desta conduta por medo de represálias por parte dos abusadores e pela família não querer expor a criança. Além disso, em boa parte dos casos não se tem a confirmação do ocorrido, mas através do processo de educação continuada, sabe-se que a notificação deve ser realizada mesmo em casos suspeitos (KATAGUIRI *et al.*, 2017).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através desses estudos percebeu-se que as meninas são as principais vítimas destes abusos, isto se deve ao fato de as crianças e adolescentes jovens serem mais vulneráveis e mais fáceis de serem manipuladas, os abusos tendem a ser cometidos por pessoas do convívio da criança, pessoas pelas quais deveriam zelar pelo bem estar dela, porém utilizam desta aproximação ou mesmo de seus responsáveis para cometer o ato, esses abusos são capazes de propiciar consequências graves para o futuro dessas crianças, podendo desenvolver transtornos, além de danos físicos.

A partir deste problema de saúde pública notou-se a importância do profissional de enfermagem que deve prestar um atendimento mais humanizado durante a escuta, anamnese e exame físico, ter um olhar mais apurado e estar preparado para intervir caso esteja diante de uma suspeita de abuso sexual infantil.

A notificação e o direcionamento ao Conselho Tutelar são as principais armas contra os abusadores, porém ainda existe uma grande resistência dos profissionais na realização destas condutas. Logo deve-se pensar em medidas que venham a modificar este cenário, como cursos que possam capacitar esses profissionais de modo que essas medidas sejam feitas, contribuindo para uma assistência de qualidade, fazendo valer os direitos pertencentes às crianças e adolescentes.

REFERÊNCIAS

ALGERI, Simone. A violência infantil na perspectiva do enfermeiro: uma questão de saúde e educação. **Revista Gaúcha de Enfermagem**. V. 26, n. 3, p. 308-15, 2005. Disponível em:

<https://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/viewFile/4561/2488>.

Acesso em: 2 de março de 2020

ALGERI, Simone; DE SOUZA, Luccas Melo. Violência contra crianças e adolescentes: um desafio no cotidiano da equipe de enfermagem. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**. V.14 n. 4, 2006. Disponível em:

http://www.scielo.br/pdf/rlae/v14n4/pt_v14n4a23.pdf. Acesso em: 3 de março de

2020

BRASIL. **Estatuto da Criança e do adolescente**. Brasília, p. 207-208, 2019

BRASIL. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Trata dos crimes contra a dignidade sexual. Brasília, 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12015.htm. Acesso em: 23 de setembro de 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. *Boletim epidemiológico*, V. 49, nº 27, Jun. 2018. Disponível em:

<https://antigo.saude.gov.br/images/pdf/2018/junho/25/2018-024.pdf>. Acesso em: 2 de março de 2020

FORNARI, Lucimara Fabiana *et al.* As perspectivas de gênero e geração nas narrativas de mulheres abusadas na infância. **Revista Latino-Americana de Enfermagem**, v. 26, n. e3078. 2018. Disponível em:

https://www.scielo.br/pdf/rlae/v26/pt_0104-1169-rlae-26-e3078.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2020

GALINDO, Nayala Anátalia de Lourdes *et al.* Violência infanto-juvenil sob a ótica da enfermagem. **Rev. enferm. UFPE on line**, V. 11 p. 1420-1429, 2017. Disponível em:

https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/index.php/revista/article/view/9841/pdf_2780. Acesso em: 23 de junho de 2020

GOVERNO FEDERAL. **Ministério divulga dados de violência sexual contra crianças e adolescentes**. 18 de maio de 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 10 de novembro de 2020

KATAGUIRI, Lidieine Gonçalves, *et al.* Caracterização da violência sexual em um estado da região Sudoeste do Brasil. **Texto & Contexto- Enfermagem**. Vol. 28, e20180183, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v28/pt_1980-265X-tce-28-e20180183.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2020

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* Abuso sexual na infância e suas repercussões na vida adulta. **Texto & Contexto- Enfermagem**, v. 26, n. 3, 2017a. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n3/0104-0707-tce-26-03-e0080016.pdf>. Acesso em: 23 de junho de 2020

LIRA, Margaret Olinda de Souza Carvalho *et al.* Sobrevivendo ao abuso sexual no cotidiano familiar: Formas de resistência utilizadas por crianças e adolescentes. **Texto & Contexto- Enfermagem**, v. 26, n. 2, 2017b. Disponível em: https://www.scielo.br/pdf/tce/v26n2/pt_0104-0707-tce-26-02-e00050016.pdf. Acesso em: 23 de junho de 2020

Ministério Dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. **Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**- Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2020-2/maio/ministerio-divulga-dados-de-violencia-sexual-contra-criancas-e-adolescentes>. Acesso em: 11 de novembro de 2020

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. **Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: identificação e enfrentamento**. Brasília, 1ª edição, 2015.

Organização Mundial da Saúde (OMS). INSPIRE. **Sete estratégias para pôr fim à violência contra crianças**. Núcleo de Estudos da Violência. p. 8-12, 2016.

PFEIFFER, Luci; SALVAGNI, Edila Pizzato. Visão atual do abuso sexual na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**. Vol. 81, n. 5, p. s197-s204, 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/jped/v81n5s0/v81n5Sa10.pdf>. Acesso em: 15 de junho de 2020

SANTOS, Derlene Aparecida Teles, *et al.* Assistência de enfermagem em crianças que sofreram abuso sexual. **Revista Referências em Saúde da Faculdade Estácio de Sá de Goiás - FESGO**. Goiânia. Vol. 02, n 1, 2019. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/rrsfesgo/article/viewFile/6547/47965635>. Acesso em: 3 de março de 2020

SANTOS, Marconi Jesus, *et al.* Caracterização da violência sexual contra crianças e adolescentes na escola- Brasil, 2010-2014. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**. Brasília. Vol. 27, p. e2017059, 2018. Disponível em:

<http://www.scielo.br/pdf/ress/v27n2/2237-9622-ress-27-02-e2017059.pdf>. Acesso em: 3 de março de 2020

SEGUNDO, Valério Andrade Porto. **Abuso sexual infantil, suas fragilidades e exposições legais de proteção**. 2019. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/edicoes/revista-176/abuso-sexual-infantil-suas-fragilidades-e-exposicoes-legais-de-protecao/>>. Acesso em: 25 de outubro de 2020

SILVA, Bárbara Ferreira da; SOUZA, Nicolli Bellotti de. Importância da enfermagem no reconhecimento de abuso sexual em crianças. **Revista Científica Online**. Vol. 11, n. 2, 2019. Disponível em: http://www.atenas.edu.br/uniatenas/assets/files/magazines/IMPORTANCIA_DA_ENFERMAGEM_NO_RECONHECIMENTO_DE_ABUSO_SEXUAL_EM_CRIANCAS.pdf. Acesso em: 7 de abril de 2020

SOUZA, Eni do Carmo de. **Protocolo de atendimento as pessoas em situação de violência interpessoal, provocada**. Secretaria Municipal de Saúde, Londrina, 2016.

WOISK, Ruth Oliveira Santos; ROCHA, Daniele Laís Brandalize. Cuidado de enfermagem à criança vítima de violência sexual atendida em unidade de emergência hospitalar. **Escola Anna Nery**. Vol. 14, n. 1, p. 143-150, 2010. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-81452010000100021&script=sci_arttext. Acesso em: 15 de junho de 2020